

PAPEL E RESPONSABILIDADES DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO NA AUDITORIA DO MEIO AMBIENTE

FERNANDO GONÇALVES*

Membro do Conselho de Administração do TRF 1ª Região

Sumário:

I. Introdução 2. Evolução da política ambiental no Brasil 3. Gestão ambiental no Brasil 4. O Tribunal de Contas da União e o meio ambiente 5. Conclusão

"Não herdastes a Terra de vossos pais. Vós a recebestes, por empréstimo, de vossos filhos" (provérbio indígena).

1. Introdução

Nos últimos anos, o Brasil tem sido alvo de muitas críticas por parte da imprensa internacional devido a fatos como as queimadas na Amazônia, o desmatamento da Mata Atlântica, a poluição da atmosfera e dos grandes centros urbanos, a contaminação dos rios por mercúrio nas regiões de garimpo e, sobremaneira, o assassinato de índios e de defensores de causas ecológicas como o seringueiro Chico Mendes.

Poder-se-ia rebater essas críticas afirmando que seus formuladores, os ditos países do Primeiro Mundo, que fundaram seu desenvolvimento econômico e social na destruição de suas florestas nativas, na exploração irracional das riquezas naturais de suas colônias e no assassinato maciço de populações indígenas, são, ainda hoje, conforme assinalado na Declaração do Rio, por ocasião da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente, em 1990, os maiores responsáveis pela poluição atmosférica do planeta, pela destruição da camada de ozônio e pela contaminação nuclear.

Não nos parece, entretanto, que o momento seja apropriado para a troca de acusações ou a caça aos culpados pela preocupante situação ambiental em que se encontra nosso planeta. A gravidade das questões em pauta não permite que repitamos os erros cometidos no passado. A Nação brasileira, Governo e Sociedade, está ciente de suas responsabilidades perante a comunidade internacional e as gerações futuras, razão pela qual incorporou o princípio do desenvolvimento sustentável como paradigma a ser observado em todas as suas políticas, programas e ações, tanto no âmbito governamental como, em escala crescente, na esfera da sociedade civil.

Algumas iniciativas do poder público têm obtido inquestionável êxito, trazendo novo alento ao quadro ambiental do País. Em São Paulo, por exemplo, a exigência de utilização de filtros, por parte das indústrias, associada ao incremento da fiscalização sobre os agentes potencialmente poluidores da atmosfera, possibilitou uma redução de 85% na emissão de dióxido de enxofre de origem industrial nos últimos dez anos.

Nesse sentido, em 1986, foi criado pelo Governo Federal o "Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores", estabelecendo a obrigatoriedade de utilização de filtros catalisadores a partir de 1992 e tendo por meta reduzir à metade a emissão de poluentes por veículos até 1997. Outra experiência de êxitos consiste no conjunto de medidas de controle de agentes poluidores adotado pelo município paulista de Cubatão. Naquela cidade, a administração local, ao reverter uma situação desoladora que lhe rendera o título de "capital mundial da poluição ambiental", conseguiu obter junto à ONU o reconhecimento formal de seu bem-sucedido programa de despoluição.

Também merece destaque o programa de monitoramento por satélites desenvolvido pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE, em convênio com a agência federal responsável pela gestão ambiental (IBAMA), que tem possibilitado ao Governo Federal uma melhor

fiscalização sobre as queimadas na Floresta Amazônica, causando, assim, uma sensível diminuição dessa forma de devastação nos últimos anos.

Vale registrar, ainda, que o Brasil possui, até o momento, 34 parques nacionais, 23 reservas biológicas e 21 estações ecológicas como unidades de conservação de uso indireto dos recursos naturais, que somam 15 milhões de hectares. Além dessas zonas de proteção, existem 38 florestas nacionais, 14 áreas de proteção ambiental e 4 reservas extrativistas reconhecidas como unidades de conservação de uso direto dos recursos naturais, perfazendo 16 milhões de hectares.

Outras ações em curso tais como a implantação do Sistema Integrado de Vigilância da Amazônia - SIVAM, e os projetos de despoluição do rio Tietê, em São Paulo, e da Baía da Guanabara, no Rio de Janeiro, entre outros, têm demandado vultosos investimentos das três esferas de governo, o que demonstra que a questão ambiental vem, gradativamente, recebendo maior atenção do Estado.

Na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente - Rio 92, o Governo brasileiro, como anfitrião e primeiro signatário da "Declaração do Rio", formalizou sua posição favorável à busca de um desenvolvimento sustentável, capaz de satisfazer as necessidades materiais do presente, sem comprometer as necessidades das futuras gerações. Defendeu ainda, a delegação brasileira, a convicção corrente nos meios acadêmicos e políticos do País, segundo a qual o fator principal para o atingimento do desenvolvimento sustentável é a redução da pobreza, uma vez que esta acelera a degradação ambiental, tanto pela explosão demográfica que lhe acompanha, quanto pela necessidade que gera de uma crescente e cada vez mais irracional exploração dos recursos naturais até sua exaustão, resultando em um círculo vicioso onde pobreza produz degradação ambiental e vice-versa.

Em outro documento resultante da mencionada Conferência, a "Agenda 21", os diversos Estados participantes assumiram compromissos, traduzidos em ações concretas, sobre meio ambiente e desenvolvimento, com o objetivo de coordenar e incrementar as ações e investimentos ambientais, bem como de aperfeiçoar os mecanismos de cooperação internacional nesta área específica. Foram previstos, ainda, recursos e mecanismos financeiros (Capítulo 33) mediante os quais os "países desenvolvidos" aumentariam seus investimentos em programas ambientais e de desenvolvimento sustentado nas ditas "nações em desenvolvimento". Entretanto, poucos têm sido os resultados concretos desses compromissos até o momento. Se, por um lado, não houve crescimento significativo, no País, dos investimentos ambientais oriundos de recursos externos, o Governo brasileiro, por outro, não incentivou esse tipo de investimento após aquela Conferência, ressalvadas algumas ações isoladas já mencionadas.

2. Evolução da política ambiental no Brasil

Até 1987, muito pouco se fez em matéria de fiscalização e preservação ambiental, merecendo destaque a criação, em junho de 1983, do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, com a finalidade de assessorar, estudar e propor ao extinto Conselho Superior de Governo diretrizes de políticas para o meio ambiente e os recursos naturais, bem como de deliberar, no âmbito de sua competência, sobre normas e padrões compatíveis com o equilíbrio ambiental.

Já em 1988, os constituintes brasileiros, ao elaborarem a atual Carta Magna, dedicaram todo um capítulo da nova Constituição Federal ao meio ambiente, definindo-o como um direito de todas as pessoas, por ser considerado essencial à boa qualidade de vida. A preservação ambiental foi, assim, estabelecida como uma obrigação do Estado e da sociedade. Nesse mesmo capítulo, foram formuladas diretrizes de atuação do poder público e dos particulares, com a meta de promover a defesa do meio

ambiente. Tais diretrizes podem ser resumidas na obrigatoriedade da preservação e/ou restauração dos processos ecológicos, das espécies, dos ecossistemas, assim como da diversidade e integridade do patrimônio ecológico nacional. Foi, ainda, propugnada a criação de reservas ecológicas, a realização de estudos prévios sobre impacto ambiental para grandes projetos e a inclusão do tema em currículos escolares. No que concerne à punições decorrentes de agressão à natureza, foi estabelecido, no mesmo capítulo, a obrigatoriedade de recuperação do meio ambiente por aqueles que o hajam deteriorado, tendo sido prevista, ainda, a possibilidade da aplicação de sanções penais, administrativas e pecuniárias aos infratores das leis ambientais.

Além desse capítulo, outros dispositivos constitucionais foram dedicados ao tema ambiental, destacando-se o que prevê a possibilidade de ação judicial popular contra atos lesivos ao meio ambiente, bem como o que estabelece a competência comum da União, estados e municípios para legislar sobre o assunto.

Os avanços trazidos pela Constituição de 1988 só têm real eficácia na medida em que se reflitam na legislação ordinária do País. Já existe, nas esferas federal, estadual e municipal, uma vasta legislação voltada para o meio ambiente, como, por exemplo, a que dispõe sobre o emprego de agrotóxicos nas lavouras e sua fiscalização e a que trata do controle do destino final de resíduos tóxicos de atividades produtivas. Merece destaque, ainda, o Decreto presidencial acerca da privatização de empresas estatais que estabelece como requisito para a alienação a realização, pelos potenciais adquirentes daquelas empresas, de investimentos na preservação e/ou recuperação do meio ambiente. Por fim, o novo estatuto de licitações e contratos administrativos estabeleceu a obrigatoriedade da realização de estudos de impacto ambiental como parte integrante dos projetos executivos de obras e serviços.

Além da legislação nacional, pode-se acrescentar os inúmeros atos internacionais firmados pelo Brasil, os quais, após ratificados pelo Congresso Nacional, passam a ter força de lei, como, por exemplo: o Protocolo de Genebra, sobre proibição de emprego, em guerras, de gases asfixiantes, tóxicos ou meios bacteriológicos (1925); a Convenção Internacional para Prevenção da Poluição do Mar por Óleo, (1958); o Tratado da Antártida (1959); o Tratado de Cooperação Amazônica (1978); a Convenção de Viena para a Proteção da Camada de Ozônio (1985); a Declaração do Rio e a Agenda 21 (1992), entre outros.

Às mencionadas normas, somam-se outras inumeráveis que, em conjunto, colocam o Brasil em posição de vanguarda em termos de legislação ambiental. Entretanto, mais importante do que elaborar novas leis é fazer cumprir as já existentes. Para isso é necessário que os órgãos governamentais encarregados da gestão e fiscalização ambiental sejam providos dos meios e recursos necessários ao seu bom desempenho.

3. Gestão ambiental no Brasil

O órgão do Governo Federal encarregado da gestão ambiental no Brasil é o Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, a quem compete a elaboração e o acompanhamento da política ambiental do País; o planejamento, a coordenação, a supervisão e o controle das ações relativas ao meio ambiente; e a implementação de acordos internacionais na área ambiental. A execução da política e dos programas ambientais está afeta ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, que é um órgão administrativamente autônomo, porém vinculado ao referido Ministério.

O Ibama foi criado em 1989, com a missão de:

a) executar e fazer executar a política nacional do meio ambiente;

b) fiscalizar, controlar e fomentar o emprego de recursos naturais renováveis;

c) fiscalizar e disciplinar os segmentos produtores que utilizam matérias-primas oriundas da exploração de recursos naturais; e

e) aplicar as penalidades definidas em lei aos infratores da legislação ambiental, dentro de sua área de competência.

Entretanto, a simples existência de órgãos responsáveis pela gestão ambiental, ainda que bem equipados, não é suficiente para garantir a preservação do meio ambiente e o bom manejo dos recursos naturais. É imprescindível que tais órgãos tenham suas atuações acompanhadas e fiscalizadas para que haja uma boa utilização dos meios e recursos a eles confiados, no cumprimento de suas missões institucionais. O controle externo da Administração Pública no Brasil é prerrogativa do Congresso Nacional que, para desincumbir-se dessa missão, conta com o auxílio do Tribunal de Contas da União, entidade fiscalizadora superior do País, cuja atuação na área ambiental será comentada a seguir.

4. O Tribunal de Contas da União e o meio ambiente

O TCU dispõe de poderes legais para controlar e fiscalizar a correta aplicação dos recursos orçamentários e especiais confiados à Administração Pública. As auditorias realizadas pelo Tribunal podem-se dar sob as formas de auditoria de conformidade e operacional.

Os dispositivos da Constituição Federal dedicados ao controle externo do Governo atribuem indiretamente ao TCU competência para proceder à fiscalização ambiental, mediante o julgamento das contas anuais de todos os gestores públicos e a realização de auditorias nos órgãos federais responsáveis pela gestão ambiental no País. A partir desse novo ordenamento constitucional, o Tribunal vem superando,

gradativamente, as dificuldades legais até então existentes, para uma atuação mais efetiva no controle do meio ambiente.

A realização de auditorias operacionais nos órgãos responsáveis pela gestão ambiental no Brasil tem sido a maneira mais efetiva encontrada pelo TCU para avaliar a eficiência e a eficácia dessa ação governamental e, assim, contribuir para o seu aperfeiçoamento.

Em 1992, foi realizada, pelo Tribunal, uma auditoria operacional no Ibama, envolvendo sua sede em Brasília e diversas unidades regionais do órgão. Como resultado de uma ampla avaliação, várias medidas foram recomendadas ou determinadas não apenas ao órgão auditado, como, também, a outros órgãos públicos federais, com o objetivo de tornar mais eficaz a atuação estatal no gerenciamento dos recursos naturais.

Dentre as conclusões do relatório de auditoria, acatadas pelo TCU, destacam-se as seguintes medidas:

a) recomendar ao Ministério da Fazenda a liberação de recursos já aprovados no orçamento federal, como contrapartida nacional necessária para o recebimento de empréstimos do Banco Mundial destinados a projetos ambientais;

b) questionar a Rede Ferroviária Federal - RFFSA sobre o descumprimento da lei que obriga o tratamento de "dormentes", cujo objetivo é diminuir o seu desgaste e a sua necessidade de substituição, o que implica numa menor necessidade de corte de árvores;

c) recomendar ao Ibama que delegue algumas de suas competências de fiscalização aos órgãos estaduais de meio ambiente, como forma de obter maior eficiência; que aumente seu intercâmbio científico com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, com o objetivo de aplicar e divulgar as técnicas desenvolvidas para o

benefício do meio ambiente; e que otimize a arrecadação de recursos próprios com a venda de tecnologia, assim como de produtos e resíduos de pesquisas realizadas pelo órgão, entre outras recomendações.

Este caso é apenas um exemplo de como a atuação do TCU pode influenciar positivamente na gestão do meio ambiente. Ainda que não tenha a missão constitucional de atuar diretamente na fiscalização ambiental, o Tribunal tem dado mostras de que pode contribuir de maneira efetiva para o aperfeiçoamento dos órgãos governamentais responsáveis pelo gerenciamento dos recursos naturais, garantindo assim a preservação do meio ambiente, combinada com o manejo racional, controle e utilização dos recursos naturais do País.

5. Conclusão

Apesar dos esforços do Governo brasileiro e de alguns êxitos alcançados nos últimos anos, a degradação do meio ambiente representa uma preocupação constante, devendo merecer das autoridades, da sociedade e do TCU a devida atenção, por tratar-se de uma questão de sobrevivência da humanidade. Com o exame das contas anuais dos gestores públicos e, particularmente, com a realização de auditorias operacionais, o Tribunal vem se estruturando para melhor desempenhar uma fiscalização ampla e profunda no que tange a aspectos inerentes à preservação do meio ambiente. Contudo, há, ainda, obstáculos a serem vencidos, tais como pressões de grupos políticos e econômicos, deficiência de informações técnicas, dificuldade de acesso a regiões longínquas, entre outros.

A realidade ambiental não está isolada da realidade econômica e social dos países e, por isso, a atuação das entidades fiscalizadoras superiores é de grande importância não somente por seus efeitos sobre os órgãos encarregados da gestão ambiental, como, também, sobre todos os programas, projetos e atividades governamentais. A eficácia da ação do

Estado nesse setor refletir-se-á no melhoramento da qualidade de vida de toda a população em aspectos como saúde, educação, saneamento básico, moradia e renda, afetando, de forma positiva e profunda, as relações do homem com o meio ambiente.

RESPOSTAS AO QUESTIONÁRIO

As considerações anteriormente tecidas respondem, a nosso ver, ao questionário enviado ao Tribunal pela INTOSAI, acerca dos papéis e responsabilidades das EFS com relação à auditoria ambiental. Com o intuito, porém, de facilitar o trabalho dos organizadores da XV INCOSAI, passamos a responder, a seguir, às questões propostas, na mesma ordem e numeração constantes do documento principal.

Questões:

1. Necessita o TCU de autoridade adicional, além da já existente, para levar a cabo suas responsabilidades em auditoria ambiental?

O TCU ainda não realiza auditorias ambientais no sentido mais corrente do termo. Sua atuação nesta área consiste, principalmente, no controle e fiscalização dos órgãos federais encarregados da gestão ambiental, passando, ainda, pela verificação do cumprimento da legislação ambiental por parte dos órgãos e empresas públicas. Esta atuação se dá mediante a análise das contas anuais e a realização de auditorias nos órgãos direta ou indiretamente relacionados à área. A Constituição Federal e, posteriormente, a Lei Orgânica do TCU (Lei nº 8.443/92), atribuíram ao Tribunal competência e autoridade para a realização de diversas modalidades de auditoria, dentre as quais a auditoria operacional. Por intermédio desse instrumento, o Tribunal encontra respaldo constitucional e jurídico para intervir na seara ambiental, tanto em nível de formulação de políticas, quanto de execução de programas ambientais.

Neste sentido, a autoridade conferida ao Tribunal para intervenção na gestão ambiental é suficiente para o desempenho de suas competências institucionais afetas à área.

2. Tem o TCU competência para intervir na formulação de políticas ambientais ou somente na execução de políticas e programas ambientais?

A partir de conclusões oriundas de trabalhos de fiscalização, o TCU pode recomendar a alteração de políticas ambientais como meio de torná-las mais eficientes, eficazes e/ou econômicas, ou ainda visando compatibilizá-las entre si ou adequá-las a um conjunto maior de políticas públicas. Todos esses aspectos são passíveis de verificação pelo Tribunal, quando da realização de auditorias operacionais nos órgãos responsáveis pela gestão ambiental.

3. Como o Tribunal trata o descumprimento, pelo Governo Federal, de acordos internacionais sobre meio ambiente?

Segundo a Constituição Federal, os acordos e tratados internacionais, que são firmados pelo Presidente da República, estão sujeitos ao referendo do Congresso Nacional. A partir de então, esses instrumentos passam a ter status de lei, sendo, portanto, seu acompanhamento, por parte do Tribunal, semelhante à verificação do cumprimento das demais leis nacionais, podendo ser feito por meio da análise de contas ou da realização de auditorias, as quais são objeto de julgamento pelo Tribunal, ensejando, em caso de descumprimento, a determinação de medidas saneadoras, inclusive do ressarcimento de prejuízos e/ou, ainda, a aplicação de penalidades aos responsáveis pelas infrações constatadas.

4. Como o Tribunal trata o descumprimento de acordos internacionais por parte de outros países, com efeitos sobre o Brasil?

O Tribunal não tem jurisdição sobre governos estrangeiros, nem, tampouco, atua sobre a condução da política ambiental no País. O maior alcance de sua competência, em nível de fiscalização internacional, se dá sobre as contas nacionais de empresas supranacionais das quais a União detenha participação, caso que tem tratamento similar ao dispensado às demais contas julgadas pelo TCU. Em face de descumprimento de acordos entre governos, e nos termos da lei, o Tribunal informa a ocorrência às autoridades competentes (Ministério do Meio Ambiente e Amazônia Legal, Ibama, Ministério Público, Ministério das Relações Exteriores e Congresso Nacional), solicitando-lhes providências visando o saneamento das infrações.

5. Quais são os problemas mais significativos encontrados pelo TCU no relacionamento com governos regionais, locais e empresas estatais no que tange à auditoria ambiental?

Dada a organização federativa do Estado brasileiro, o TCU não tem jurisdição sobre governos regionais ou locais. Tais governos estão jurisdicionados aos Tribunais de Contas estaduais ou municipais que não têm qualquer vínculo de dependência com o TCU. As auditorias praticadas pelo Tribunal, relacionadas ao meio ambiente, têm como objeto principal a avaliação das ações dos órgãos governamentais federais encarregados da gestão ambiental e, marginalmente, a verificação do cumprimento da legislação específica por parte dos demais órgãos e empresas públicas.

Assim sendo, o TCU não tem competência para fiscalizar, sob o ponto de vista ambiental, as ações de governos estaduais ou municipais, salvo quando esses forem beneficiários de recursos federais através de convênios ou outros instrumentos. Nesse caso, as relações de jurisdição estão bem definidas pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica do TCU, não havendo, portanto, razão para a existência de problemas de relacionamento ou de conflitos de competência entre o Tribunal e aqueles governos e/ou as Cortes de Contas que os jurisdicionam. Os potenciais

problemas que poderiam surgir neste campo da auditoria são da mesma ordem dos problemas encontrados na realização de outros tipos de auditoria operacional, tais como a carência de pessoal especializado e a dificuldade de impor recomendações categóricas aos órgãos ou empresas auditados, dada a discricionariedade administrativa muitas vezes presente nas ações enfocadas na auditoria.

6. Até que ponto ditos problemas impedem o trabalho dos auditores do TCU?

Conforme respondido acima, não existem problemas de relacionamento entre o TCU e os governos regionais ou locais e/ou as demais Cortes de Contas que os jurisdicionam, no que tange à realização de auditorias relacionadas ao meio ambiente. Dada a pequena quantidade de trabalhos realizados pelo Tribunal nesta área, não existe, ainda, massa crítica para se identificar até que ponto os potenciais problemas indicados na questão anterior consistiriam, caso concretizados, em impedimento ao trabalho dos auditores do TCU.

7. Qual a natureza das sanções impostas pelo TCU?

O TCU tem poder para impor três tipos de sanções aos agentes públicos responsáveis por irregularidades, conforme disposto em sua Lei Orgânica: multa, afastamento temporário das funções, inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança e determinar o ressarcimento do prejuízo. Os responsáveis que tenham suas contas julgadas irregulares pelo TCU terão seus nomes incluídos em listas que são enviadas aos Tribunais Eleitorais para fins de declaração de inelegibilidade. O Tribunal poderá, ainda, solicitar o arresto dos bens dos responsáveis julgados em débito, cabendo a consecução dessa providência ao Poder Judiciário.

Todas essas sanções são aplicáveis, também, no caso específico de auditorias relacionadas ao meio ambiente, mais

freqüentemente de natureza operacional. Nesse caso, as multas são aplicáveis na hipótese de serem constatadas práticas tais como: grave infração a norma legal ou regulamentar; ato de gestão ilegítimo ou antieconômico; descumprimento de diligência, determinação ou decisão do Tribunal; obstrução ao exercício da auditoria; ou sonegação de processo, documento ou informação.

Pode o TCU, também, impor sanções a particulares tais como declarar a inidoneidade de pessoas físicas ou jurídicas para participarem de licitações públicas, caso verificada a ocorrência de fraude à licitação ou, ainda, sustar contrato julgado ilegal, caso o Congresso e o Poder Executivo não tenham adotado tal medida no prazo legalmente estabelecido.

8. Tais sanções são eficazes?

Sim, tais sanções, sempre que aplicadas, têm grande efeito moral e pedagógico, a par de possibilitarem o resguardo do interesse público com a reparação de danos e o afastamento de administradores desonestos e/ou incompetentes.

No caso específico de auditorias relacionadas ao meio ambiente, não se registrou, até o momento, a aplicação de qualquer uma das sanções previstas.

9. Que mecanismos usa o TCU para acompanhar o cumprimento de suas determinações/recomendações e auxiliar as organizações a resolverem as deficiências informadas?

A partir da apreciação, pelo Tribunal, dos relatórios de auditoria elaborados pelos profissionais de seu corpo técnico, resultam Decisões que podem consistir, entre outras providências, na expedição de determinações ou recomendações aos órgãos ou empresas auditados, bem como na determinação ao competente órgão de controle interno para

que este informe ao Tribunal sobre o cumprimento de suas deliberações. Tal informação pode-se dar mediante o parecer do Controle Interno sobre as contas anuais do órgão ou empresa, a serem julgadas pelo TCU, ou a qualquer tempo, desde que solicitado pelo Tribunal.

A partir deste mecanismo, o TCU tem condições de acompanhar o cumprimento de suas determinações/recomendações por parte dos órgãos e empresas auditadas. O descumprimento injustificado de determinações do Tribunal pode resultar em multa, prevista na Lei Orgânica do TCU, conforme descrito anteriormente.

10. Devem as EFS envolver-se nos cálculos e relatórios de custos e benefícios ambientais, ou sua competência deveria restringir-se à simples auditoria dos ditos custos e benefícios?

A principal missão do TCU, definida pela Constituição Federal, é de auxiliar o Congresso Nacional no exercício do controle externo do Governo Federal. Por suas características de Corte de Contas, com poderes judicantes sobre contas de administradores, o Tribunal está impedido de participar da gestão governamental, estando essas tarefas afetas aos governantes eleitos pelo povo, ou a seus prepostos legalmente constituídos.

Destarte, não pode o TCU envolver-se diretamente na elaboração de cálculos e relatórios de custos e benefícios ambientais. Nada obsta, todavia, que o Tribunal realize auditorias operacionais sobre os órgãos responsáveis pelo meio ambiente, fazendo sua avaliação sobre as técnicas e os enfoques adotados, recomendando, após ouvidos aqueles órgãos e caso julgue necessário, a adoção de providências visando ao aperfeiçoamento dos procedimentos.